

BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em reais)							
ATIVO	NOTA	2017	2016	PASSIVO	NOTA	2017	2016
CIRCULANTE		28.118.721,46	26.891.120,28	CIRCULANTE		1.042.587,00	1.013.157,79
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	3	25.636.490,94	24.180.257,66	OBRIGAÇÕES TRAB. TRIB. E PREVIDENCIÁRIA	9	1.436,44	-
Caixa		-	-	Obrigações com Folha de Pagamento		-	-
Bancos Conta Movimento - Rec. Próprios		436,66	4.378,43	INSS		-	-
Bancos Conta Convênios - Rec. Convênios		1.019,41	872,39	FGTS		1.436,44	-
Aplicações Financeiras - Rec. Próprios		25.291.263,06	23.968.066,12	IRRF		-	-
Aplicações Financeiras - Rec. Convênios		343.721,81	206.940,72	PIS		-	-
				Contribuição Sindical		-	-
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	4	1.995.472,61	2.378.766,11	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		-	-
Contas a Receber		-	528.276,73	Empréstimos e Financiamentos		-	-
Dotações Orçamentárias a Receber		-	-	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	10	260.160,20	62.074,84
Relações entre Unidades		1.853.898,68	1.687.612,77	Fornecedores de Bens e Serviços		260.160,20	62.074,84
Adiantamento para Pequenas Despesas		-	-	OBRIGAÇÕES FISCAIS	11	1.101,24	209,84
Adiantamentos por Conta de Viagens		-	-	PIS/COFINS/CSLL		-	-
Adiantamentos a Terceiros		-	-	IRRF		-	-
Antecipações a Empregados		140.126,34	160.986,56	ISS		1.101,24	209,84
Valores Recuperáveis		1.447,59	1.890,05	APROPRIAÇÃO POR COMPETÊNCIA	12	395.375,44	384.060,00
Devedores Diversos		-	-	Apropriação Trabalhistas		395.375,44	384.060,00
ESTOQUES	5	444.559,69	285.823,33	PROVISÕES		-	-
Estoques - Rec. Próprios		324.607,88	285.823,33	Provisões Tributárias		-	-
Estoques - Rec. Terceiros		119.951,81	-	CONTINGÊNCIAS		-	-
VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE	6	42.198,22	46.273,18	Trabalhistas		-	-
Seguros a Vencer		12.316,35	13.604,78	Previdenciária		-	-
Assinatura de Revistas e Periódicos		2.222,04	2.098,23	DEMAIS OBRIGAÇÕES	13	384.513,68	566.813,11
Auxílio alimentação/refeição		20.000,00	21.600,00	Movimento entre Unidades		-	-
Licença de uso de software		7.659,83	8.970,17	Convênios a Realizar		-	-
NÃO CIRCULANTE		1.584.733,29	1.827.187,22	Contratos, Ter. de Coop. Adesão e Proj. a Realizar		331.816,02	566.813,11
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	7	820.466,81	820.466,81	Credores Diversos		52.697,66	-
Créditos a Longo Prazo		820.466,81	820.466,81	NÃO CIRCULANTE		28.660.867,75	27.705.149,71
INVESTIMENTOS		-	-	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		-	-
Investimentos Diversos		-	-	Empréstimos e Financiamento		-	-
MOBILIZADO	8	764.266,48	1.006.720,41	DEMAIS OBRIGAÇÕES		-	-
Bens Tangíveis		764.266,48	1.006.720,41	Convênios a Realizar		-	-
Bens Móveis		2.460.945,34	2.435.343,18	Contratos, Ter. de Coop. Adesão e Proj. a Realizar		-	-
(-) Depreciações Acumuladas		1.716.643,79	1.449.987,74	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	28.660.867,75	27.705.149,71
Bens Imóveis		87.000,00	87.000,00	Patrimônio Social		28.648.867,75	27.693.149,71
(-) Depreciações Acumuladas		67.035,07	65.635,03	Resultados Acumulados		27.693.149,71	24.681.061,52
INTANGÍVEL		-	-	Resultado do Exercício		955.718,04	3.012.088,19
Bens Intangíveis		-	-	Reservas		12.000,00	12.000,00
(-) Amortizações Acumuladas		-	-	TOTAL DO ATIVO		29.703.454,75	28.718.307,50
TOTAL DO ATIVO		29.703.454,75	28.718.307,50	TOTAL DO PASSIVO		29.703.454,75	28.718.307,50

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

José Zeferino Pedrozo
Presidente Conselho Adm.
CPF. 003.151.929-68

Gilmar Antônio Zanluchi
Superintendente
CPF. 556.281.179-00

Gilson Angnes
Tec. Contabilidade
CPF. 692.786.959-04
CRC/SC 19.037-0/2



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL

AR SANTA CATARINA

CNPJ: 04.260.738/0001-49



Emissão: 11/04/2018 13:

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
EXERCÍCIO 2017

(Em reais)

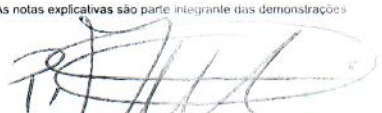


RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PROPOSTA (a)	REFORMULAÇÃO (b)	RECEITAS REALIZADAS ACUMULADO (c)	DIFERENÇAS (d)	
				P/ MAIS	P/ MENOS
RECEITAS CORRENTES (I)	27.883.127,00	29.634.288,00	30.265.808,77		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	23.643.127,00	24.216.437,00	25.331.537,04	1.115.100,04	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	3.120.000,00	2.662.924,00	2.486.095,73	0,00	176.828,27
RECEITAS DE SERVIÇOS	0,00	1.462.100,00	1.462.100,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.120.000,00	1.102.827,00	712.156,59	0,00	390.670,41
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	190.000,00	273.919,41	83.919,41	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)	0,00	0,00	0,00		
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	27.883.127,00	29.634.288,00	30.265.808,77	1.199.019,45	567.498,68

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	PROPOSTA (e)	REFORMULAÇÃO (f)	DESPEAS REALIZADAS ACUMULADO (g)	DIFERENÇAS (h)	
				P/ MAIS	P/ MENOS
DESPEAS CORRENTES (V)	27.753.127,00	29.502.435,00	29.025.177,38		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.064.096,00	5.077.542,00	4.660.458,26	0,00	417.083,74
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPEAS CORRENTES	22.689.031,00	24.424.893,00	24.364.719,12	68.838,63	129.012,51
DESPEAS DE CAPITAL (VI)	130.000,00	131.853,00	85.765,60		
INVESTIMENTOS	130.000,00	131.853,00	85.765,60	0,00	46.087,40
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (VII)	0,00	0,00	0,00		
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPEAS (VIII) = (V + VI + VII)	27.883.127,00	29.634.288,00	29.110.942,98	68.838,63	592.183,65

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (IX) = (IV - VIII) SUPERÁVIT	0,00	0,00	1.154.865,79		
--	-------------	-------------	---------------------	--	--

DESPEAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS	PROPOSTA	REFORMULAÇÃO	DESPEAS REALIZADAS ACUMULADO	DIFERENÇAS	
				P/ MAIS	P/ MENOS
DESPEAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS (X)			303.286,53		
DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO/EXAUSTÃO E PERDAS NA BAIXA DE BENS			303.286,53		
TOTAL DAS DESPEAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS (XI) = (X)			303.286,53		
TOTAL DAS DESPEAS (XII) = (VIII + XI)			29.414.229,51		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações


Jose Zeferino Pedrozo
Presidente
CPF: 003.151.929-68
Gilmar Antonio Zanluchi
Superintendente
CPF: 556.281.179-00
Gilson Angnes
Contador
CRC: 19.037/O-2
CPF: 692.789.959-04



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
CNPJ Nº. 04.260.738/0001-49

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em reais)

	Nota	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	22		
CONTRIBUIÇÕES		25.331.537,04	23.890.798,76
Contribuições Sociais		25.331.537,04	23.890.798,76
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS DIRETOS		1.462.100,00	0,00
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços		1.462.100,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		2.486.095,73	3.205.093,84
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		2.486.095,73	3.205.093,84
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		986.076,00	1.135.287,07
Transferências das Instituições Privadas		712.156,59	770.624,83
Outras Transferências e Delegações Transferidas		273.919,41	364.662,24
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS		0,00	27.915,00
Ganhos com Alienação		0,00	27.915,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		0,00	0,00
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)		30.265.808,77	28.259.094,67
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	23		
PESSOAS ENCARGOS		5.385.400,24	5.204.319,11
Remuneração a Pessoal		3.397.325,90	3.319.061,51
Encargos Patronais		1.040.022,65	973.007,95
Benefícios e Pessoal		443.271,35	444.445,50
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		504.780,34	467.804,15
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		23.760.851,62	19.902.814,76
Uso de Material de Consumo		892.354,95	559.155,36
Serviços		22.586.737,13	19.085.788,18
Depreciação, Amortização e Exaustão		281.759,54	257.871,22
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		33.773,72	29.753,24
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras		33.773,72	29.753,24
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		0,00	0,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDAS DE ATIVOS		21.526,99	23.725,91
Perdas com Alienação		21.526,99	23.725,91
TRIBUTÁRIAS		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		108.538,16	86.393,46
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		108.538,16	86.393,46
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)		29.310.090,73	25.247.006,48
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I + II)		955.718,04	3.012.088,19

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

José Zeferino Redrozo
Presidente Conselho Adm.
CPF. 003.151.929-68

Gilmar Antônio Zanluchi
Superintendente
CPF. 556.281.179-00

Gilson Agnes
Tec. Contabilidade
CPF. 692.786.959-04
CRC/SC 19.037-0/2

SENAR-AR/SC

000362

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

	(Em Reais)	
	dez/17	dez/16
1. ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit / Déficit do Exercício	955.718,04	3.012.088,19
Ajustes por:		
(+) Depreciação	281.759,54	257.871,22
(+) Imobilizado Líquido Baixado	21.526,99	23.725,91
Superávit / Déficit do Exercício Ajustado	1.259.004,57	3.293.685,32
Variações no Ativo	228.632,10	-674.902,64
Contas a Receber	528.276,73	-528.276,73
Dotações Orçamentárias a Receber	-166.285,91	-186.848,28
Adiantamento a Empregados	20.860,22	-68.991,25
Valores Recuperáveis	442,46	-575,89
Estoques	-158.736,36	118.182,76
VPD Pagas Antecipadamente	4.074,96	-8.393,25
Variações no Passivo	29.429,21	377.735,47
Obrigações Previdenciárias e Tributárias	1.436,44	0,00
Fornecedores de Bens e Serviços	198.085,36	-11.862,31
Obrigações Fiscais	891,40	-173,40
Apropriação Trabalhista por Competência	11.315,44	122.899,18
Contratos, Termos de Cooperação, Adesão e Projetos a Realizar	-234.997,09	266.872,00
Credores Diversos	52.697,66	0,00
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais	1.517.065,88	2.996.518,15
2. ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(-) Pagamento pela Compra de Imobilizado	-60.832,60	-328.395,34
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimentos	-60.832,60	-328.395,34
3. ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento	0,00	0,00
Total dos Efeitos no Caixa (1 + 2 + 3)	1.456.233,28	2.668.122,81
Aumento Líquido no Caixa e Equivalente de Caixa	1.456.233,28	2.668.122,81
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	24.180.257,66	21.512.134,85
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	25.636.490,94	24.180.257,66

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

José Zeferino Pedrozo
Presidente Conselho Adm.
CPF 003.151.929-68

Gilmar Antônio Zanluchi
Superintendente
CPF 556.281.179-00

Gilson Angnes
Tec. Contabilidade
CPF. 692.786.959-04
CRC/SC 19.037-0/2

SENAR-AR/SC

000363



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
CNPJ Nº. 04.260.738/0001-49

BALANÇO FINANCEIRO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em reais)

INGRESSOS			
	Nota	2017	2016
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS (I)	15	29.553.652	27.488.470
CORRENTES/CAPITAL		29.553.652	27.488.470
Receitas de Contribuições		25.331.537	23.890.799
Receitas de Serviços		1.462.100	-
Receitas Financeiras		2.486.096	3.205.094
Outras Receitas		273.919	392.577
Operações de Crédito		-	-
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	16	712.157	770.625
Receitas Recebidas de Instituições Privadas		712.157	770.625
Receitas Recebidas de Instituições Públicas		-	-
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)	17	62.293.327	54.747.512
Créditos a curto prazo		28.275.762	25.304.040
Realizável a longo prazo		-	-
Passivo Circulante		34.017.566	29.443.472
Passivo Exigível a longo prazo		-	-
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	18	24.180.258	21.512.135
Caixa e Equivalente de Caixa		24.180.258	21.512.135
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		-	-
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)		116.739.394	104.518.742
DISPÊNDIOS			
	Nota	2017	2016
DESPEZA ORÇAMENTÁRIA (VI)	19	28.294.648	24.194.785
CORRENTES/CAPITAL		28.294.648	24.194.785
Despesas Operacionais		28.294.648	24.194.785
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	20	712.157	770.625
Despesas Executadas em Programas Especiais		712.157	770.625
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)	21	62.096.099	55.373.075
Créditos a curto prazo		28.047.130	25.978.942
Realizável a longo prazo		-	-
Aquisição de imobilizado no Período		60.833	328.395
Passivo Circulante		33.988.137	29.065.737
Passivo Exigível a longo prazo		-	-
SALDO PARA EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	18	25.636.491	24.180.258
Caixa e Equivalente de Caixa		25.636.491	24.180.258
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		-	-
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		116.739.394	104.518.742

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

3
José Zeferino Pedrozo
Presidente Conselho Adm.
CPF. 003.151.929-68

Gilmar Antônio Zanluchi
Superintendente
CPF. 556.281.179-00

Gilson Agnes
Tec. Contabilidade
CPF. 692.786.959-04
CRC/SC 19.037-0/2





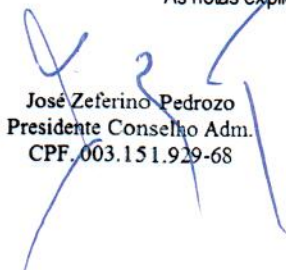
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
CNPJ N°. 04.260.738/0001-49


DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

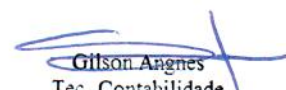
(Em reais)

ESPECIFICAÇÕES	Patrimônio Social	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Resultados Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2016	27.693.149,71	12.000,00	0,00	0,00	27.705.149,71
Resultado do Período	955.718,04				955.718,04
Saldos Finais 31/12/2017	28.648.867,75	12.000,00	0,00	0,00	28.660.867,75
Saldos em 31/12/2015	24.681.061,52	12.000,00	0,00	0,00	24.693.061,52
Resultado do Período	3.012.088,19				3.012.088,19
Saldos Finais 31/12/2016	24.681.061,52	12.000,00	0,00	0,00	27.705.149,71

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


José Zeferino Pedrozo
Presidente Conselho Adm.
CPF. 003.151.929-68


Gilmar Antônio Zanluchi
Superintendente
CPF. 556.281.179-00


Gilson Agnes
Tec. Contabilidade
CPF. 692.786.959-04
CRC/SC 19.037-0/2

SENAR-AR/SC
000365



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Valores em Reais

1. Contexto Operacional (Art. 40, "I", letras a, b e c do Regulamento)

1.1. Estrutura Jurídica e Objetivos (Art. 40, "I", "a" e "b" do Regulamento)

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional de Santa Catarina, também reconhecido sob a sigla SENAR-AR/SC, é uma entidade Jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criado pela Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991 e regulamentado pelo Decreto nº 566, de 10 de junho de 1992 com sede administrativa na cidade de Florianópolis - SC. Sua criação está prevista no art. 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT:

"Art. 62 – A lei criará o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) nos moldes da legislação relativa ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), sem prejuízo das atribuições dos órgãos públicos que atuam na área".

Tem como missão institucional realizar a educação profissional e promoção social das pessoas do meio rural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para o desenvolvimento sustentável do país.

1.2. Fontes de Recursos

Para possibilitar o cumprimento de sua missão, a entidade paraestatal é beneficiária dos recursos previstos no artigo 240 da Constituição Federal e nas Leis nº 8.540/1992, 8.870/1994 com alterações até a Lei 10.256/2001, assim classificadas:

1.2.1. Contribuição sobre a receita decorrente da comercialização da Produção Rural

- a) **Contribuição do Produtor Rural Pessoa Física** - 0,2% (dois décimos por cento) incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, devida pelo Segurado Especial e Produtor Rural Pessoa Física, que explora atividade agropecuária ou pesqueira;
- b) **Contribuição do Produtor Rural Pessoa Jurídica** - 0,25% (vinte e cinco décimos por cento) incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, devida pelo Produtor Rural Pessoa Jurídica.
- c) **Contribuição da Agroindústria** - 0,25% (vinte e cinco décimos por cento) incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, industrializada ou não, devida pela agroindústria.

1.2.2. Contribuição sobre a folha de salários

Contribuição mensal compulsória, à alíquota de 2,5% (dois e meio por cento) incidente sobre a folha de salários dos trabalhadores envolvidos nos trabalhos rurais das pessoas jurídicas de direito privado ou a elas equiparadas que exerçam as seguintes atividades:





SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
CNPJ Nº. 04.260.738/0001-49

- a) Agroindústrias da avicultura, suinocultura, piscicultura, carcinicultura;
- b) Agroindústrias que se dediquem ao florestamento e reflorestamento como fonte de matéria prima para industrialização própria, mediante a utilização de processo industrial que modifique a natureza química da madeira ou a transforme em pasta celulósica, desde que a receita bruta decorrente dessa comercialização represente menos de um por cento de sua receita bruta proveniente da comercialização da produção;
- c) Produtores rurais pessoas jurídicas, exceto agroindústrias, que exerçam outra atividade econômica autônoma;
- d) Produtores rurais pessoas jurídicas e agroindústria, exclusivamente em relação aos empregados envolvidos na prestação de serviços rurais ou agroindustriais, caracterizados ou não como atividade autônoma;
- e) Sindicatos, Federações e Confederação Patronal Rural;
- f) Pessoa Jurídica Prestadora de Mão de Obra Rural.

As operações da Administração Regional são substancialmente mantidas por meio do recebimento do repasse dos recursos advindos da contribuição compulsória.

1.3. Aplicações de Recursos

Os recursos do SENAR-AR/SC seguem a proporção de 80% (oitenta por cento) nas atividades de Formação Profissional e Promoção Social e 20% (vinte por cento) nas despesas de custeio e investimento.

2. Base para preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, referem-se ao encerramento do exercício de 2017, período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro, e foram aprovadas pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho de Administração, tendo como moeda funcional o Real (R\$).

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas ao setor público, estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC através da Resolução CFC nº 1.133/08 que aprovou a NBC T 16.6 - Demonstrações Contábeis, observando-se ainda as resoluções do Conselho Fiscal do SENAR - Administração Central em matéria contábil.

Através do Ofício Circular nº 079/DAF/SE o SENAR - Administração Central comunicou e deu conhecimento às administrações regionais do SENAR sobre alterações no Regulamento do Plano de Contas e de Padronização dos Registros Contábeis e Orçamentários aprovado pela Resolução nº 30/16/CD.

O referido regulamento alterou algumas contas do elenco de contas, modificou a nomenclatura de contas, reformulando a segregação de algumas contas do ativo, passivo e de resultados no balancete base de





preparação das demonstrações contábeis aqui apresentadas. Estas alterações foram aplicadas a partir do exercício de 2017.

Em 29 de maio de 2017 o SENAR - Administração Central emitiu a Nota Técnica Conjunta nº 002/2017 dispondo sobre a elaboração das demonstrações contábeis trimestrais e anuais do exercício de 2017 e exercícios seguintes do SENAR.

No encerramento dos períodos intermediários de 2017 foi necessário proceder algumas modificações e adaptações nas posições e saldos nos períodos comparativos do exercício 2016 e feitas divulgações antes não apresentadas.

2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis

2.2.1. Apuração dos resultados

a) **Apuração do Déficit ou Superávit** – a entidade adotado o regime de competência, destacando-se, adicionalmente:

I – Receitas de Contribuição Social – as receitas com contribuição social foram reconhecidas mensalmente com base em estimativa, levando-se em consideração o histórico dos registros dos valores repassados pelo SENAR-Administração Central.

O registro contábil das receitas de contribuições compulsórias é efetuado pelo líquido, ou seja, é deduzido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB o percentual de 3,5% do montante arrecadado, que corresponde à retribuição pelos serviços prestados de recolhimento das contribuições, com fulcro no artigo 3º, § 1º da Lei nº. 11.457, de 16 de março de 2007.

II – Gastos com Cursos e Eventos – foram reconhecidos no período da realização dos cursos e eventos de Formação Profissional Rural – FPR e de Promoção Social – PS, mobilizados e organizados com apoio de entidades cooperantes.

2.2.2. Caixa e Equivalentes de Caixa - Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.2.3. Valores a Receber - Dotações Orçamentárias a Receber corresponde à contribuição social registrada com base em estimativa do repasse mensal, levando-se em consideração o histórico dos registros. Quando possível, a dotação orçamentária a receber é registrada com base em informação prestada antecipadamente pelo SENAR Administração Central, coincidindo com o valor efetivamente recebido.

Os demais valores a receber foram registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo seu valor nominal, acrescido das variações monetárias, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização.

SENAR-AR/SC
000368



2.2.4. Estoques - Os estoques foram registrados pelo custo médio de aquisição e demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização.

2.2.5. Imobilizado - Os bens do ativo imobilizado foram registrados pelo custo de aquisição ou construção. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear considerando o valor residual projetado e a estimativa de vida útil dos bens. As taxas utilizadas são mencionadas na nota nº 8.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

2.2.6. Intangível - Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, são submetidos a teste anual de redução do valor recuperável.

2.2.7. Outros Ativos e Passivos (circulantes e não circulantes) - Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus futuros benefícios econômicos serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou contratualmente constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos 12 meses seguintes a data do balanço patrimonial. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.8. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração

a) Ativos financeiros - Os ativos financeiros da Entidade são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, no momento do seu reconhecimento inicial.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa.



b) Passivos financeiros - Os passivos financeiros da Entidade são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e financiamentos, no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo, acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Entidade incluem contas a pagar a fornecedores.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Entidade segundo projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades do negócio. Eventual excesso de caixa disponível é investido em aplicações financeiras.

A Entidade mensura suas aplicações financeiras pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos e possui seus valores reconhecidos como ativos financeiros de baixo risco de variação no valor.

2.2.9. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment") - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, uma provisão para deterioração é contabilizada para ajustar o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Entidade avalia periodicamente o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 2017 e de 2016 não identificou ajustes a serem contabilizados.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa	dez/17	dez/16	%
Caixa e Bancos	1.506,07	5.250,82	-71,32%
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras			
Instituição Financeira	Tipo de Aplicação	Vencimento	Remuneração
Recursos Próprios	25.291.263,06	23.968.066,12	5,52%
Banco do Brasil S/A	CDB DI SWAP	18/01/2019	98,0% CDI
			10.016.941,72
			10.157.470,15
			-1,38%
Banco do Brasil S/A	CDB DI	23/08/2022	96,0% CDI
			263.888,30
			140.055,33
			88,42%
Banco do Brasil S/A	CDB DI	11/10/2018	98,0% CDI
			11.583.932,12
			10.557.138,96
			9,73%
Caixa Econômica Federal	CDB DI	03/04/2018	101,0% CDI
			3.426.500,92
			3.113.401,68
			10,06%
Contratos e Termos de Adesão	343.721,81	206.940,72	66,10%
Banco do Brasil S/A	CDB DI	04/12/2018	96,0% CDI
			8.018,24
			11.584,54
			-30,78%
Banco do Brasil S/A	Poupança		TR
			240.677,06
			128.690,21
			87,02%
Banco do Brasil S/A	CDB DI	02/09/2022	96,0% CDI
			20.556,99
			-
			0,00%
Banco do Brasil S/A	Poupança		TR
			74.469,52
			66.665,97
			11,71%
Soma Aplicações Financeiras	25.634.984,87	24.175.006,84	6,04%
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	25.636.490,94	24.180.257,66	6,02%



SENAR-AR/SC
000370



3.1. Caixa

Caixa são recursos em espécie movimentados pela entidade apenas em sua sede administrativa, mantendo saldo suficiente para o pagamento imediato de pequenas despesas. Os recursos em caixa são registrados e controlados em contas contábeis distintas conforme o caso em Recursos Próprios e Recursos de Terceiros. No encerramento do exercício a entidade não possuía saldo de recursos de terceiros em caixa.

3.2. Bancos Conta Movimento

Bancos Conta Movimento - Recursos Próprios são disponibilidades financeiras movimentadas através de instituições financeiras oficiais, Banco do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal. As movimentações são geralmente representadas por créditos recebidos através de transferências bancárias, pagamentos realizados através da emissão de cheques, transferências ou pagamentos por acesso via internet.

Para fins de controle os recursos próprios e os recursos recebidos de terceiros são movimentados e registrados em contas contábeis distintas sob o título de Bancos Conta Movimento - Recursos Próprios Bancos Conta Movimento - Recursos de Terceiros.

3.3. Aplicações Financeiras

Aplicações financeiras são investimentos de curtíssimo prazo, geralmente disponibilidades financeiras sem comprometimento imediato, remunerados através de fundos de aplicação financeira baseados em percentual de juros pagos através de Certificado de Depósito Bancário junto à Instituição Financeira Oficial - Banco do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal - com prazos de resgate variáveis.

Para fins de controle os recursos próprios e os recursos recebidos de terceiros são movimentados e registrados em contas contábeis distintas sob o título de Aplicações Financeiras - Recursos Próprios Bancos Aplicações Financeiras - Recursos de Terceiros.

4. Créditos a Curto Prazo

Créditos de curto prazo são valores a receber decorrentes das operações normais ou eventuais da entidade decorrente dos seus negócios junto a entidades ligadas, funcionários e fornecedores cujo prazo de vencimento é inferior a um ano.

4.1. Contas a receber

Recursos por Origem	dez/17	dez/16
REDE ETEC - MEC	0,00	169.276,73
SEBRAE/SC	0,00	359.000,00
Soma	0,00	528.276,73

SENAR-AR/SC
000371

4.2. Dotações Orçamentárias a Receber

Saldo Anterior 31/12/2016	1.687.612,77
(-) Arrecadação dez a nov/2017	-25.061.749,98
(-) Vl. Retido Coleção Senar	-103.501,15
(+) Provisão Arrecadação jan a dez/2017	25.325.401,71
(+) Refis	6.135,33
(=) Saldo Atual 31/12/2017	1.853.898,68

4.3. Adiantamento por Conta de Viagens

Adiantamento por conta de viagem são adiantamentos concedidos à funcionários para custeio de despesas em viagens.

Descrição	dez/17	dez/16
Adiantamentos a funcionários para custeio de despesas de viagens	0,00	0,00

4.4. Adiantamento a Terceiros

Descrição	dez/17	dez/16
Adiantamento a fornecedores de serviços - Hotel Plaza Caldas da Imperatriz	0,00	0,00

Refere-se a adiantamento para fins de reserva de espaço a ser utilizado em evento de interesse do SENAR-AR/SC.

4.5 Antecipações a Empregados

Antecipações a empregados são valores remuneratórios antecipados a funcionários com base em folha de pagamento, para compensação.

Descrição	dez/17	dez/16
Antecipações de remuneração a empregados	140.126,34	160.986,56

4.6. Valores Recuperáveis

Outros Valores a Recuperar.

Descrição	dez/17	dez/16
Outros valores a recuperar	1.447,59	1.890,05

5. Estoques - Material de Consumo

São materiais de consumo utilizados nas operações correntes da entidade, foram devidamente inventariados no encerramento do exercício sendo avaliados pelo custo médio. O saldo se compõe das seguintes categorias de bens e valores totais:

Descrição	Saldo em 31/12/2016	Movimentação no Exercício			Saldo em 31/12/2017
		Entradas	(-) Saídas	Transferências (1)	
Estoque					
1) Estoque de Consumo Recursos Próprios					
Material de Consumo (ALMOX)	285.823,33	0,00	0,00	-285.823,33	0,00
Material de Expediente	0,00	31.821,85	-26.579,12	28.277,47	33.520,20
Materiais de Informática	0,00	96.392,09	-72.372,30	32.766,02	56.785,81
Gêneros Alimentícios	0,00	3.848,45	-3.645,57	166,75	369,63
Material de Copa	0,00	553,41	-648,43	1.018,18	923,16
Material de Limpeza	0,00	6.699,96	-6.614,49	3.089,60	3.175,07
Material Instrucional	0,00	109.744,54	-159.525,70	145.258,46	95.477,30
Material de Divulgação	0,00	92.483,32	-77.310,67	11.642,49	26.815,14
EPI P/ Utilização em Curso	0,00	55.620,00	-58.694,91	35.203,80	32.128,89
Cartilhas P/ Utilização em Curso	0,00	183.819,56	-178.766,64	28.400,56	33.453,48
Cartilhas - Coleção Senar	0,00	103.225,31	-61.266,11	0,00	41.959,20
Soma	285.823,33	684.208,49	-645.423,94	-0,00	324.607,88
2) Estoque de Consumo Rec. Terceiros					
Cartilhas, Folders, Manuais	0,00	149.284,44	-107.752,32	0,00	41.532,12
Suprimentos de Informática	0,00	21.867,96	-21.867,96	0,00	0,00
Materiais de Divulgação	0,00	61.340,66	-50.566,71	0,00	10.773,95
Materiais Instrucionais	0,00	103.044,57	-37.523,21	0,00	65.521,36
Materiais Instrucionais Pronatec	0,00	6.179,68	-4.055,30	0,00	2.124,38
Soma	0,00	341.717,31	-221.765,50	0,00	119.951,81
Total Estoque	285.823,33	1.025.925,80	-867.189,44	-0,00	444.559,69

(1) Transferências para adequação ao novo Plano de Contas

5.1. Movimentações do Exercício

O saldo de bens para consumo próprio até 31 de dezembro de 2016 vinha sendo registrado contabilmente em conta única e controlado individualmente apenas no sistema auxiliar. Para o exercício de 2017 o saldo inicial foi transferido para registro em contas representativas dos subgrupos de bens, mantido o controle individual em sistema auxiliar.

As movimentações líquidas do período indicam um acréscimo de R\$ 294.520,93, estando incluída a referida transferência entre as contas no valor de R\$ 285.823,33 e um estorno de R\$ 8.697,60, decorrente de correção de lançamento contábil. A movimentação de bens no sistema auxiliar não foi afetada pela referida correção de lançamento.

6. VPD Pagas Antecipadamente

As Variações Patrimoniais Diminutivas - Pagas Antecipadamente, são despesas pagas antecipadamente na aquisição de seguros e de assinaturas de revistas e outros periódicos. Inclui gastos com aquisição de vales de alimentação/refeição e softwares. Os valores são transferidos para o resultado na medida do transcurso do período contratado, geralmente não superior a um ano, tendo os seguintes saldos a apropriar no encerramento do exercício de 2017:

VPD Pagas Antecipadamente	Saldo R\$
Seguros a Apropriar	
Saldo Anterior 31/12/2016	13.604,78
(+) Aquisições	16.310,83
(-) Apropriações jan à dez	-17.599,26
(=) Saldo Atual	12.316,35
Assinaturas de Periódicos a Aprop.	
Saldo Anterior 31/12/2016	2.098,23
(+) Aquisições	5.138,21
(-) Apropriações jan à dez	-5.014,40
(=) Saldo Atual	2.222,04
Auxílio Alimentação/Refeição	
Saldo Anterior 31/12/2016	21.600,00
(+) Aquisições	246.500,00
(-) Apropriações	-248.100,00
(=) Saldo Atual	20.000,00
Licença de Uso de Software	
Saldo Anterior 31/12/2016	8.970,17
(+) Aquisições	10.897,28
(-) Apropriações jan à dez	-12.207,62
(=) Saldo Atual	7.659,83
Total VPD Pagas Antecipadamente - 2017	42.198,22
Total VPD Pagas Antecipadamente - 2016	46.273,18



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
CNPJ Nº. 04.260.738/0001-49

7. Não Circulante - Realizável a Longo Prazo

Como realizáveis a longo prazo são classificados os créditos, valores e bens decorrentes das operações normais ou eventuais da entidade com prazo de conversão ou realização superior a um ano.

7.1. Depósitos Judiciais

O saldo de depósitos judiciais refere-se ao valor exigido em decorrência de notificação fiscal aplicada em procedimento de fiscalização realizado pela Secretaria da Receita Previdenciária (SRP), por suposta omissão no recolhimento de contribuições previdenciárias, conforme descrito na nota 26.1.

8. Imobilizado

Imobilizado é o conjunto de bens corpóreos utilizados na manutenção administrativa e operacional da entidade, registrado inicialmente pelo custo de aquisição, diminuída a depreciação, sendo, portanto apresentado pelo seu valor líquido a realizar.

As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração o tempo médio de vida útil estimado dos bens.

8.1. Movimentação das contas do imobilizado

SENAR-AR/SC

000375

Descrição	Saldo em 31/12/2016	Movimentação no Exercício		Saldo em 31/12/2017
		Adições	(-) Baixas	
Bens Móveis				
1) Custo de Aquisição				
Equip. Maquinas e Aparelhos em Geral	107.865,92	19.176,00	-279,00	126.762,92
Veículos	450.100,00	0,00	0,00	450.100,00
Mobiliário em Geral e Material de Copa	339.173,40	35.926,60	-1.547,50	373.552,50
Equipamentos de Comunicação	42.324,49	0,00	-159,00	42.165,49
Maquinas Aparelhos e Utencios de escritório	569.506,51	30.663,00	-1.200,00	598.969,51
Semoventes	42.900,00	0,00	0,00	42.900,00
Outros Equipamentos e Materiais permanentes	89.145,92	0,00	0,00	89.145,92
Computadores e Periféricos	370,00	0,00	0,00	370,00
Computadores e Periféricos (projeto reaparelhamento)	781.416,00	0,00	-44.437,00	736.979,00
Soma	2.422.802,24	85.765,60	-47.622,50	2.460.945,34
2) (-) Depreciações	-1.437.446,80	-280.359,50	1.162,51	-1.716.643,79
3) Residual (1-2)	985.355,44	-194.593,90	-46.459,99	744.301,55
Bens Imóveis				
1) Custo de Aquisição				
Terrenos	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
Prédios	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00
Soma	87.000,00	0,00	0,00	87.000,00
2) (-) Depreciações	-65.635,03	-1.400,04	0,00	-67.035,07
3) Residual (1-2)	21.364,97	-1.400,04	0,00	19.964,93
Outros Imobilizados				
1) Custo de Aquisição				
Direito de Uso de Software	12.540,94	0,00	-12.540,94	0,00
2) (-) Depreciações	-12.540,94	0,00	12.540,94	0,00
3) Residual (1-2)	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Custo de Aquisição	2.522.343,18	85.765,60	-60.163,44	2.547.945,34
Total Depreciações	-1.515.622,77	-281.759,54	13.703,45	-1.783.678,86
Total Residual	1.006.720,41	-195.993,94	-46.459,99	764.266,48

8.2. Composição do imobilizado

SENAR-AR/SC

000376

Contas	Taxa	31/12/2017		Residual	
		Custo de Aquisição	(-) Depreciações	dez/17	dez/16
Bens Móveis					
Equip. Máquinas e Aparelhos em Geral	10%	126.762,92	-72.597,20	54.165,72	42.743,13
Veículos	20%	450.100,00	-311.724,26	138.375,74	213.795,74
Mobiliário em Geral e Material de Copa	10%	373.552,50	-224.467,08	149.085,42	135.653,77
Equipamentos de Comunicação	10%	42.165,49	-23.038,69	19.126,80	22.522,09
Máquinas Aparelhos e Utensílios de escritório	10%	598.969,51	-468.194,00	130.775,51	212.876,54
Semoventes	10%	42.900,00	-3.933,60	38.966,40	42.900,00
Outros Equipamentos e Materiais permanentes	10%	89.145,92	-27.153,88	61.992,04	70.556,80
Computadores e Periféricos (projeto)	20%	370,00	-211,42	158,58	281,94
Computadores e Periféricos (projeto reapar.)	20%	736.979,00	-585.323,66	151.655,34	244.025,43
Soma		2.460.945,34	-1.716.643,79	744.301,55	985.355,44
Bens Imóveis					
Terrenos	0%	7.000,00	0,00	7.000,00	7.000,00
Prédios (A)	7%	80.000,00	-67.035,07	12.964,93	14.364,97
Soma		87.000,00	-67.035,07	19.964,93	21.364,97
Direito de Uso de Software	20%	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		2.547.945,34	-1.783.678,86	764.266,48	1.006.720,41

(A) - Taxa média de depreciação sobre bens sujeitos a 4% e 10%.

9. Obrigações Trabalhistas Tributárias e Previdenciárias

Obrigações Trabalhistas Tributárias e Previdenciárias são obrigações decorrentes de verbas remuneratórias pagas através de folha de pagamentos a funcionários e dirigentes incluindo o valor líquido de salários, pró-labore e cédulas de presenças. Este conjunto de obrigações inclui os correspondentes encargos sociais incidentes sobre as referidas verbas remuneratórias.

Detalhamento das obrigações trabalhistas, tributárias e previdenciárias:

Q

SENAR-AR/SC

000377



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
CNPJ Nº. 04.260.738/0001-49

Obrigação	dez/17	dez/16
INSS	1.436,44	0,00
INSS patronal a pagar	960,00	0,00
INSS retido de autônomos	476,44	0,00
Soma	1.436,44	0,00

10. Fornecedores de Bens e Serviços

As obrigações com fornecedores de bens e serviços são decorrentes de compras a prazo, reconhecidas com base em documento fiscal, contrato ou instrumento equivalente, em obediência ao regime de competência e são demonstrados pelo seu valor nominal.

Classificação	dez/17	dez/16
Fornecedores de Materiais e Serviços para Eventos	217.849,06	35.053,78
Fornecedores de Materiais e Serviços para Demais Atividades	42.311,14	27.021,06
Total	260.160,20	62.074,84

11. Obrigações Fiscais

São como origem a compra de bens e serviços cuja obrigação de reter e recolher os tributos incidentes sobre estas compras cabe ao comprador. Referem-se aos compromissos financeiros com o recolhimento de tributos, geralmente com vencimento no mês seguinte ao mês da compra.

Obrigação	dez/17	dez/16
ISS terceiros a recolher	1.101,24	209,84
Soma	1.101,24	209,84

12. Apropriações por Competência

12.1. Apropriação Trabalhista

Apropriações trabalhistas são obrigações com empregados e referem-se ao compromisso com o pagamento de salários, conhecidos com base em folha de pagamentos e das remunerações decorrentes do direito a férias e 13º salário em base estimada. Os valores referentes à remuneração de 13º salário são liquidados no encerramento do exercício.

SENAR-AR/SC
000378

Apropriação por Competência	Saldo em 31/12/2016	Movimentação no Exercício			Saldo em 31/12/2017
		(-) Baixa	Provisão	Transferências (1)	
*Provisão de férias	384.060,00	-239.415,97	247.142,50	-165.346,87	226.439,66
Provisão p/ encargos sociais s/ férias	0,00	-141.694,20	143.194,29	69.113,35	70.613,44
Provisão p/ FGTS s/ férias	0,00	-47.828,80	48.335,18	23.329,24	23.835,62
Provisão adicional de férias	0,00	-146.870,64	148.453,08	72.904,28	74.486,72
Provisão para 13º salário	0,00	-252.598,57	252.598,57	0,00	0,00
Provisão p/ encargos sociais s/ 13º salário	0,00	-58.103,80	58.103,80	0,00	0,00
Provisão para FGTS s/ 13º salário	0,00	-19.257,85	19.257,85	0,00	0,00
Soma	384.060,00	-905.769,83	917.085,27	0,00	395.375,44

* Antiga conta de Provisão

(1) Transferências para adequação ao novo Plano de Contas

13. Demais Obrigações

Demais obrigações são obrigações não classificadas nas contas precedentes, decorrentes de operações normais da entidade e controladas em contas específicas.

13.1. Relação Entre Unidades

Relação entre unidades são obrigações junto à administração central com origem no repasse de materiais para consumo nas atividades do SENAR, registradas conforme Nota Técnica nº 01/2017 do SENAR-AC.

Descrição da Obrigação	dez/17	dez/16
Saldo Anterior	0,00	0,00
Coleção Senar recebida	168.276,02	0,00
(-) Desconto via Arrec. INSS	103.501,15	0,00
(-) Ajustes	64.774,87	0,00
Soma	0,00	0,00

13.2. Contratos, Termos de Cooperação e Projetos a Realizar

Contratos, Termos de Cooperação e Projetos a Realizar são obrigações junto ao SENAR-AC e outras entidades, decorrentes de apoio técnico e financeira na consecução dos objetivos do SENAR.

Contratos e Termos de Adesão a Realizar

Recursos por Origem	dez/17	dez/16
PRONATEC	259.637,41	128.870,46
REDE ETEC - MEC	72.178,61	78.942,65
SEBRAE/SC	0,00	359.000,00
Soma	331.816,02	566.813,11

SENAR-AR

000379



13.3. Credores Diversos

Credores diversos são obrigações eventualmente contraídas em decorrência das atividades normais do SENAR não classificadas nas demais obrigações.

Descrição da Obrigação	dez/17	dez/16
Compromissos a pagar	336,67	0,00
Soma	336,67	0,00
Materiais Senar Nacional		
Saldo Anterior em 31/12/2016	0,00	0,00
Materiais Recebidos Senar Nacional	421.275,23	0,00
(-) Consumo no período	368.914,24	0,00
Soma	52.360,99	0,00
Saldo em 31/12/2017	52.697,66	0,00

14. Patrimônio Líquido

Detalhamento dos saldos do patrimônio líquido:

	dez/17	dez/16
Patrimônio Social	28.648.867,75	27.693.149,71
Resultados Acumulados	27.693.149,71	24.681.061,52
Resultado do Exercício	955.718,04	3.012.088,19
Reservas	12.000,00	12.000,00
Soma do Patrimônio Líquido	28.660.867,75	27.705.149,71

15. Receitas Orçamentárias Vinculadas

Receitas orçamentárias vinculadas compreendem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem.

16. Transferências Financeiras Recebidas

Transferências financeiras recebidas referem-se às movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta, neste caso o SENAR-AC.

17. Recebimentos Extraordinários

Recebimentos extraordinários são valores não previstos no orçamento, tais como restos a pagar.

18. Saldo do Exercício Anterior e Saldo para o Exercício Seguinte

Saldo do exercício anterior e o saldo para o exercício seguinte são valores disponíveis em caixa e equivalentes de caixa para o custeamento das atividades da entidade no início e no fim do período apresentado.

SENAR-AR/SC

000380



Os valores em caixa e equivalentes de caixa estão descritos na nota 3 acima.

19. Despesas Orçamentárias Vinculadas

Despesas orçamentárias vinculadas compreendem aquelas cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem.

20. Transferências Financeiras Concedidas

Transferências financeiras concedidas referem-se às movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta, neste caso o SENAR-AC.

21. Pagamentos Extraordinários

Pagamentos extraordinários são valores não previstos no orçamento, tais como restos a pagar.

22. Demonstração das Variações Patrimoniais - Variações Patrimoniais Aumentativas

As variações patrimoniais aumentativas decorrem das seguintes operações demonstradas através da Demonstração das Variações Patrimoniais:

a) Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

Compreende toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

b) Contribuições

Compreende as contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de iluminação pública.

c) Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Compreende as variações patrimoniais auferidas com a venda de bens, serviços e direitos, que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso, incluindo-se a venda bruta e deduzindo-se as devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos.

c) Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

Representa o somatório das variações patrimoniais aumentativas com operações financeiras. Compreende: descontos obtidos, juros auferidos, prêmio de resgate de títulos e debêntures, entre outros.

d) Transferências e Delegações Recebidas

Compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios e transferências do exterior.

e) Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos



- Compreende a variação patrimonial aumentativa, decorrente de reavaliação e ganhos de ativos, ou com a desincorporação de passivos.

f) Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

- Compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: resultado positivo da equivalência patrimonial, dividendos, etc.

23. Demonstração das Variações Patrimoniais - Variações Patrimoniais Diminutivas

- As variações patrimoniais diminutivas decorrem das seguintes operações demonstradas através da Demonstração das Variações Patrimoniais:

a) Pessoal e Encargos

- Compreende a remuneração do pessoal ativo civil ou militar, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público, bem como as variações patrimoniais diminutivas com contratos de terceirização de mão de obra que se refiram à substituição de servidores e empregados públicos. Compreendem ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil e militar, destacados os custos de pessoal e encargos inerentes às mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados.

b) Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas às aposentadorias, pensão, reforma, reserva remunerada e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo, do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral da Previdência Social (RGPS).

- Compreendem, também, as ações de assistência social, que são políticas de seguridade social não contributiva, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender às contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

c) Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

- Representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos que serão registradas em grupo específico (Despesas de Pessoal e Encargos). Compreende: diárias, material de consumo, depreciação, amortização etc.

d) Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

- Compreende as variações patrimoniais diminutivas com operações financeiras, tais como: juros incorridos, descontos concedidos, comissões, despesas bancárias e correções monetárias.

e) Transferências e Delegações Concedidas

SENAR-AR/SC
000382



Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências a instituições multigovernamentais, transferências a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências a convênios e transferências ao exterior.

f) Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Compreende a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, com redução a valor recuperável, perdas com alienação e perdas involuntárias ou com a incorporação de passivos.

g) Tributárias

Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas aos impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais, contribuições econômicas e contribuições especiais.

h) Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados

Compreende as variações patrimoniais diminutivas relativas aos custos das mercadorias vendidas, dos produtos vendidos e dos serviços prestados.

O Custo dos produtos vendidos ou dos serviços prestados deve ser computado no exercício corresponde às respectivas receitas de vendas. A apuração do custo dos produtos vendidos está diretamente relacionada aos estoques, pois representa a baixa efetuada nas contas dos estoques por vendas realizadas no período.

i) Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores. Compreende: premiações, incentivos, equalizações de preços e taxas, participações e contribuições, resultado negativo com participações, dentre outros.

24. Seguros

Os seguros são considerados suficientes para cobertura dos riscos envolvidos, abrangendo especialmente edificações, frota de veículos e instalações.

Objeto dos Seguros	Custo em Reais	Vigência
Edificações		
- Centro de Distribuição - Palhoça - SC	868,41	nov/18
- Sede Nova Veneza - SC	225,94	ago/18
Veículos - Frota	9.997,19	set/18
Veículos - Kangoo	1.507,48	ago/18
Instalações - Sede SENAR-AR/SC	733,49	set/18
Equipamentos Portáteis - Notebooks	2.589,98	dez/18
Empilhadeira	403,87	jun/18
Soma	16.326,36	
Seguro de Vida - Funcionários	2.046,41	out/18
Total	18.372,77	

SENAR-AR/SC

000383



25. Demonstrativo da Conciliação dos Valores Orçamentários e Contábeis

Demonstrativo da Conciliação dos Valores Orçamentários e Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Descrição	Orçamento	Contábil
Receitas de Contribuições	25.331.537,04	25.331.537,04
Receita Patrimonial	2.486.095,73	2.486.095,73
Receita de Serviços	1.462.100,00	1.462.100,00
Transferências Correntes	712.156,59	712.156,59
Outras Receitas Correntes	273.919,41	273.919,41
Receitas de Capital	-	-
Total de Receitas do Período	30.265.808,77	30.265.808,77
(-) Total de Aplicações / Despesas	(29.110.942,98)	(29.310.090,73)
Superávit ou Déficit do Exercício (a)	1.154.865,79	955.718,04
Itens de Conciliação - Orçamento		
Imobilizações no Período	85.765,60	
(-) Depreciações no período	281.759,54	
(-) Baixas no período	21.526,99	
(=) Imobilizado Líquido (b)	(217.520,93)	
(+) *VPD/Estoques	830.620,90	
(-) **VPD/Estoques que não entraram no orçam.	812.247,72	
Resultado Ajustado do Período	955.718,04	955.718,04

* Variação Ativo - Variações Patrimoniais Diminutivas e Estoques

** Despesas que não entraram no orçamento (VPD e Estoques)

26. Contingências:

26.1. Contingências Fiscais – INSS:

Em julho de 2005, o INSS emitiu a NFLD 357687795 em desfavor do SENAR-AR/SC, tendo como mote a não retenção de 11% na contratação dos sindicatos/associações, no período de 04/1999 a 01/2005, cujo valor notificado foi de R\$ 2.649.972,34.

Por discordar da exigência, o SENAR-AR/SC ofereceu defesa na via administrativa, julgada improcedente em primeira instância.

Houve recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes. Em sessão realizada no dia 13/08/2014 os membros da Segunda Turma Ordinária da Terceira Câmara da Segunda Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, por unanimidade de votos, deram provimento ao recurso voluntário, pela improcedência do lançamento.

SENAR-AR

000384



A Fazenda Nacional ingressou com recurso especial, que aguarda análise.

Na opinião dos advogados da entidade, é provável a chance de êxito.

No entendimento da administração, orientada pelos seus advogados, não cabe o reconhecimento dos referidos valores no resultado do exercício. Caso a entidade não logre êxito na sua defesa, sendo confirmado o débito, os efeitos correspondentes serão reconhecidos oportunamente.

No encerramento do exercício os recursos permanecem em conta de depósito judicial, no valor originalmente estabelecido de R\$ 820.466,81, considerando a ausência de alteração na posição do processo.

26.2. Ação Trabalhista – Responsabilidade Subsidiária

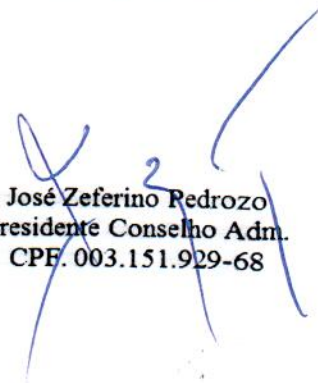
O SENAR-AR/SC foi considerado subsidiariamente responsável por débitos trabalhistas de prestador de serviço em acórdão dos juízes da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, relatado em 14 de julho de 2009 no qual foi condenado em ação trabalhista arbitrada no valor R\$ 15.000,00. O processo encontra-se em fase de execução com pedido de embargos de execução em análise.

O valor da ação foi objeto de depósito judicial. Em virtude de recurso impetrado pelo SENAR-AR/SC, o valor foi resgatado em dezembro de 2010, devidamente atualizado. A ação permanece em tramitação e, em caso de condenação, a referida quantia será exigida no final do processo.


27. Aspectos Fiscais e Tributários

A Administração do SENAR-AR/SC com base em posicionamentos jurídicos entende que a entidade não está subordinada à tributação de impostos e contribuições, exceto aquelas de natureza previdenciária e a contribuição ao Programa de Integração Social – PIS sobre os gastos com folha de pagamento. Por este motivo, não reconhece como devido ou contingente qualquer valor relacionado com outros encargos de natureza tributária.

Florianópolis (SC), 31 de dezembro de 2017.


José Zeferino Pedrozo
Presidente Conselho Adm.
CPF. 003.151.929-68


Gilmar Antônio Zanluchi
Superintendente
CPF. 556.281.179-00


Gilson Angnes
Tec. Contabilidade
CPF. 692.786.959-04
CRC/SC 19.037-0/2

SENAR-AR/SC
000385

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Membros do Conselho Administrativo e Fiscal do SENAR-AR/SC - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Santa Catarina
Florianópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **SENAR-AR/SC - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Santa Catarina**, que compreendem o Balanço Patrimonial, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, em 31 de dezembro de 2017, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, os demonstrativos contábeis acima referidos representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição orçamentária, financeira e patrimonial do **SENAR/AR/SC - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Santa Catarina**, em 31 de dezembro de 2017, de acordo com a legislação e normas específicas para a sua categoria de entidade, observadas as orientações da Administração Central do SENAR.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao **SENAR/AR/SC - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Santa Catarina**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração do **SENAR-AR/SC - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Santa Catarina**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como apropriados e necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança do **SENAR-AR/SC - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Santa Catarina**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José (SC), 15 de março de 2018.



Hermenegildo João Vanoni

Sócio Responsável - Contador - CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S

CRC-SC 4.012



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ESTADO DE SANTA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

ENTIDADE – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR-AR/SC

DOCUMENTO – Prestação de Contas e Relatório de Gestão do Exercício 2017

O Conselho Fiscal do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional de Santa Catarina – SENAR-AR/SC, em reunião realizada no dia 05 de abril de 2018, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 30 item II do Regimento Interno, examinou, os Relatórios Gerenciais/Contábeis e demais documentos relativos à **Prestação de Contas e Relatório de Gestão do Exercício de 2017**, e em vista dos trabalhos executados atenderem as normas contábeis e demais legislações a que o SENAR está sujeito, emitimos parecer **FAVORÁVEL**, e assim submetemos este parecer ao Conselho Administrativo do SENAR-AR/SC, para sua consideração.

Florianópolis, 05 de abril de 2018.

Tatiane Mecabô Cupello
Presidente - Titular FAESC

Rita Marisa Alves
Titular Senar Central

Valdeci de Andrada Pereira
Titular FETAESC



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

APROVAÇÃO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

ENTIDADE – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR-AR/SC
DOCUMENTO – Prestação de Contas do Exercício de 2017

O Conselho Administrativo do SENAR-AR/SC, em reunião realizada no dia 09 de abril do ano de 2018, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 18, inciso IV do Regimento Interno do SENAR-AR/SC, após análise das demonstrações contábeis, financeiras, Relatório de Gestão e demais peças que compõem a Prestação de Contas do Exercício de 2017, baseando-se no parecer do Conselho Fiscal, resolve:

- Aprovar a Prestação de Contas do Exercício de 2017.

Este parecer vai assinado pelos membros presentes à reunião, a seguir identificados:

JOZÉ ZEFERINO PEDROZO

Presidente Cons. Adm.

GILMAR ANTÔNIO ZANLUCHI

Superintendente

JOSE WALTER DRESCH

Conselheiro

ADÍLCIO PEDRO PAZETTO

Conselheiro

RICARDO DE GOUVÊA

Conselheiro

NEIVO LUIZ PANHO

Conselheiro